

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mudança na meta fiscal não está em debate no governo, afirma Ceron..... 3

A GAZETA - MT - POLÍTICA-MT
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Produtos somam R\$ 5,5 milhões..... 6

VALOR ONLINE - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mudança na meta fiscal não está em debate no governo, afirma Rogério Ceron..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão de gastos tem de ser "muito bem pensada", afirma Haddad.....10

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - ELEIÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

INSS vai fazer mutirões para concessão de BPC.....11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

Como os ministros do STF devem tratar a revisão da vida toda? (Visão do direito)..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Visão do direito: O uso da Selic e o consignado.....13

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

BPC, pago pelo INSS, não é aposentadoria; entenda a diferença e veja quem pode ter a renda cortada..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado decide sobre Galípolo após 1º turno.....18

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária e o imposto sobre consumo (Artigo)..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Mercado de trabalho vai seguir aquecido, diz FGV.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

"Podemos crescer até 3% sem bater na inflação", afirma Simone Tebet..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O que esperar da regulamentação das emendas parlamentares? (Artigo)..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Emissão de papéis atrelados à Selic acende alerta sobre piora na composição da dívida..... 24

Quinta-Feira, 5 de Setembro de 2024

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Empregos e incentivo tributário 26

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
ECONOMIA

Fazenda estima alta de 2,5% no PIB 27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dado de emprego nos EUA dá alívio aos juros e fôlego para o Ibovespa 28

Mudança na meta fiscal não está em debate no governo, afirma Ceron

Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta De Brasília

Fator de incerteza do mercado, a possibilidade de alterar a meta de resultado das contas públicas não está sobre a mesa, disse em entrevista ao Valor o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. "Deixamos claro que, a partir do próximo relatório bimestral, vamos virar a chave desta discussão", comentou.

A divulgação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do quarto bimestre deve ocorrer no fim deste mês. É o documento que mostra o resultado primário esperado e aponta para eventual necessidade de congelar gastos.

Ceron não descartou novo contingenciamento, após o efetuado em julho, no valor de R\$ 3,8 bilhões. No entanto, a perspectiva para receitas é "positiva", informou. Ou seja, é possível até que haja descontingenciamento ainda neste mês.

O otimismo se baseia nos resultados da arrecadação de agosto, que vieram "muito fortes", e no desempenho acima do esperado do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre do ano.

Para o secretário, os dados demonstram que o plano de voo da equipe econômica tem sido bem-sucedido.

Em 2025, disse o secretário, a discussão vai focar na qualidade das despesas. A revisão de gastos, inclusive na vertente que pretende "modernizar" as indexações, será agenda prioritária no ano que vem, afirmou.

A principal crítica dos especialistas à condução da política fiscal tem sido a ausência de medidas estruturais para conter o avanço das despesas, sobretudo as obrigatórias.

Ceron não adiantou detalhes, mas frisou que a equipe econômica concretizou tudo o que se propôs até agora. Da mesma forma como foi atacada com sucesso a recomposição da base tributária, serão debatidos temas referentes à estrutura das despesas, afirmou.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: O **PIB** acima do esperado vai levar a uma revisão para cima das receitas deste ano. Por outro lado, há algumas frustrações de arrecadação que serão reconhecidas pelo governo, como é o caso dos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A meta deste ano será cumprida?

Rogério Ceron: Na nossa visão, o filme de 2024 é assim: primeiro, as medidas que foram tomadas em 2023 surtiram efeito, assim como as medidas de estímulo econômico. A atividade econômica e a recuperação fiscal estão andando exatamente como nós tínhamos projetado. É inegável que nós temos uma recuperação, uma arrecadação forte. Estamos crescendo 9% real e mostrando que o atingimento da meta, ainda que no piso da banda do primário, passa a ser crível.

Valor: E para o bimestral de setembro, o que podemos esperar?

Ceron: Será muito importante. Porque é o último momento para tomar decisões sobre alteração de meta. O processo de recuperação vem mais forte do que estava vindo. A arrecadação de agosto, ainda não posso publicizar os números, mas foi muito forte. Se nós endereçarmos bem a compensação da desoneração, nós temos aí um caminho trilhado para o cumprimento da meta. Incorporamos os efeitos da desoneração e as compensações. Elas vão ajudar com as frustrações que, eventualmente, tenhamos que incorporar, como o **Carf**, que está com um desempenho insuficiente.

Valor: Concessões também?

Ceron: Tem um processo de revisão a ser feito com o Ministério do Transporte.

Valor: Quando o senhor diz que esse bimestral é o último para tomar decisões como uma alteração de meta, quer dizer que isso está na mesa de discussão?

Ceron: Não, não está na mesa. Mas para o mercado isso sempre é um fator de alguma incerteza. Deixamos claro que, a partir do próximo relatório bimestral, vamos virar a chave desta discussão. O próprio ministro [da Casa Civil, Rui] Costa também deu declarações importantes, corroborando a perspectiva

de seguirmos em frente e cumprirmos as metas fiscais. Isso é muito importante.

Valor: O governo enxerga um limite para elevar carga tributária?

Ceron: Ainda que tenha ocorrido essa recomposição da base fiscal, nós vamos caminhar este ano para provavelmente algo em torno de 18,7% do **PIB** de receita líquida, o que está abaixo da média histórica do país.

Valor: E o crescimento de despesas?

Ceron: Na verdade, está reduzindo. Se você olhar para 2017, 2018, 2019, antes da pandemia, a despesa primária era em torno de 19,3%, 19,5% do **PIB**. Estou olhando um período considerado rigoroso do ponto de vista fiscal, de gestão liberal, de redução de tamanho do Estado. Neste ano, devemos fechar abaixo de 19,3% do **PIB**.

Valor: A despesa seguirá caindo nos próximos anos, como proporção do **PIB**?

Ceron: Para o ano que vem, a despesa primária deve também ficar ali rondando 19% do **PIB**. E começa um processo de queda. É um marco importante para a lógica do arcabouço fiscal. Com a atividade econômica crescendo, será possível elevar a despesa pública ao mesmo tempo que se reduz na margem a participação do Estado na economia. A médio e longo prazos, vai aumentando a receita e reduzindo a despesa, abrindo naturalmente um gap e aumentando o superávit primário.

Valor: Mas isso dispensa a adoção de mais medidas pelo lado das despesas?

Ceron: Não, de jeito nenhum.

Valor: Voltando ao bimestral de setembro, podemos esperar descontingenciamento, dada essa alta das receitas?

Ceron: É cedo para dizer. Nas próximas duas semanas faremos um trabalho intenso de revisão. Eu diria que hoje a tendência é positiva pelo lado da receita, e não negativa.

Valor: Então não seria hora de ajustara mira, já que está apontada no limite inferior da banda de tolerância da meta?

Ceron: Claro. Mas há uma diferença entre mirar [no centro da meta] e as medidas que geram um desgaste importante no governo, a paralisação de ações importantes. Precisa dosar. Lembrando que existe o

empçoamento financeiro [surge quando ministérios não conseguem gastar tudo o que tem no orçamento; tem ficado acima de R\$ 20 bilhões por ano]. Olhando para as projeções de receita e despesa, o saldo está batendo no piso. Mas provavelmente não estamos realmente ali, e sim numa faixa intermediária, melhor do que o piso.

Valor: Se precisar contingenciar mais, será feito?

Ceron: Sim. Mas, se não precisar, vamos ficar onde estamos.

Valor: E quanto aos bloqueios, que são feitos quando a despesa projetada está acima do limite do arcabouço?

Ceron: Olha, pode ser que tenha algum bloqueio adicional ainda. É difícil dizer.

Valor: Em 2025, boa parte do espaço adicional de R\$ 143 bilhões é consumida por despesas obrigatórias, restando só R\$ 11 bilhões para elevar gastos discricionários. Como o senhor vê esse cenário?

Ceron: Ele preocupa. O primeiro ponto a destacar é que a peça orçamentária já foi reconhecida pelo mercado como mais equilibrada, com um menor nível de fatores de risco, embora tenha desafios lá. Eu diria que pelo lado da receita algumas projeções podem ter surpresa positiva no ano que vem.

Valor: Por exemplo?

Ceron: Por exemplo, dividendos. São fatores que permitem acomodar pressões. Então, é uma peça mais equilibrada.

Valor: Por que isso é importante?

Ceron: Porque aí atingimos uma primeira etapa, que é garantir o cumprimento da meta fiscal. Aí tem a segunda: qualidade da composição da despesa. A obrigatória está crescendo com uma dinâmica forte e comprimindo a discricionária. É ruim. Então, agora a nossa agenda precisa se voltar a isso.

Valor: E vai?

Ceron: O governo está consciente da necessidade de olhar com cuidado as despesas. Ninguém está querendo fazer corte pelo corte ou pela redução do tamanho do Estado. Mas garantir que essas despesas tenham uma dinâmica sustentável. E isso vai ser a agenda de prioritária de 2025: olhar para a qualidade da composição da despesa, para que ela melhore e não piore de forma estrutural.

Valor: O Ministério do Planejamento colocou como um eixo da revisão de gastos a modernização das indexações de despesas. Isso é agenda para 2025?

Ceron: Eu não queria falar de medidas específicas. Nós fizemos, e acho que inegavelmente, um processo bem-sucedido de recomposição das receitas. Levamos esse debate à luz do sol. Do lado da despesa é a mesma coisa. Tem uma primeira leva que foi publicizada [economia de R\$ 25,9 bilhões]. Outras análises estão sendo feitas.

Valor: Faltam sinais de que a revisão de gastos vá acontecer com força.

Ceron: Acho difícil dizer que não cumprimos aquilo que temos sinalizado. Prometemos uma agenda de recuperar o fiscal e estamos conseguindo fazer isso. Estamos sinalizando que vamos proteger a qualidade da composição da despesa. Temos dois sub-objetivos. Um, garantir que a despesa não gere uma pressão sobre o limite de gastos. Acho que é a preocupação número um do mercado. Dois, garantir que a composição seja saudável.

Valor: O sr. acha que o ajuste pela via das receitas está se exaurindo?

Ceron: Não, eu acho que o país ainda tem muitas distorções tributárias. Temos camadas da população que contribuem de forma muito diferente para o esforço do governo. Há benefícios tributários que, a nosso ver, ainda precisam de ajustes. Então, eu não acho que ela tenha se exaurido. Tem uma cobrança para que seja balanceada com medidas para o lado da despesa. Eu acho justa a discussão.

Valor: Se 2025 será o ano de olhar para a qualidade do gasto, o que está programado para 2026? Teremos como meta superávit de 0,5% do **PIB**.

Ceron: Desafiador. Nosso plano de voo sempre envolve um olhar sobre atividade econômica, recuperação fiscal, **inflação** controlada e redução da desigualdade. É preciso parar de olhar para o retrovisor de mediocridade, achando que nós não temos condições estruturais de crescer mais do que 2%. Chegaremos em 2026 com o menor nível de desemprego da série histórica do país, o maior ciclo de crescimento econômico da década, o menor ciclo de **inflação** desde o início do Plano Real e a maior retomada de investimento público e privado da década. Queremos chegar com esse patamar em 2026, e ele está praticamente contratado.

Valor: Do ponto de vista fiscal, tem um desafio para 2026 e principalmente 2027, que é a questão dos precatórios. Serão R\$ 100 bilhões em 2025, dos quais

R\$ 44 bilhões fora das regras fiscais. Em 2026 ainda tem esse tratamento diferenciado, mas a partir de 2027 não tem mais essa possibilidade. O que fazer?

Ceron: O processo eletrônico, os julgamentos virtuais, aceleraram o processo de julgamento. O estoque de precatórios, cada ano, vai ficando mais jovem, o que é bom. Daqui a algum tempo, isso tende a se estabilizar. Outro tema é a Previdência. A fila cresce, as pessoas buscam socorro no Judiciário para poder ter logo o benefício. A fila diminuiu. Então, estamos absorvendo a pressão da fila no Orçamento. Há também nosso trabalho preventivo, junto à AGU, que tem fechado muitos acordos. Agora é fazer com que não precise de uma regra especial em 2027 para acomodar esse gasto nos limites.

Valor: Alguns analistas apontaram que a alta do **PIB** reforça a perspectiva de alta na Selic. Como o senhor avalia?

Ceron: Evito comentara condução da política monetária. A discussão sobre alterar ou não a Selic neste momento tem muito mais a ver com o reforço da credibilidade do Banco Central do que, de fato, uma pressão inflacionária de extrema preocupação. Há questões momentâneas, como a escassez hídrica, as bandeiras tarifárias, mas é inegável que, apesar do crescimento econômico, a pressão sobre a **inflação** está muito marginal. Não vejo essa incompatibilidade entre ter um crescimento entre 2,5% e 3%, e um ciclo de **inflação** controlado.

"Não vejo como incompatível ter um crescimento entre 2,5% e 3%, e um ciclo de **inflação** controlado" Rogério Ceron

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187976?page=1§ion=1>

Produtos somam R\$ 5,5 milhões

Cerca de R\$ 5,5 milhões em produtos, como cigarros eletrônicos, perfumes e bebidas alcoólicas, foram apreendidos durante a Operação Relutância, deflagrada nesta quarta-feira (04) pela Polícia Federal, em conjunto com a **Receita Federal**, em oito cidades, sendo quatro delas em Mato Grosso. A ação visa a desarticulação de um grupo criminoso que atua com descaminho e contrabando de cigarros eletrônicos e seus acessórios, no varejo e no atacado. Entre os alvos estão os Shoppings Populares de Várzea Grande e Rondonópolis (212 km ao sul). O grupo criminoso é investigado há pelo menos dois anos, visto que a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar interceptaram diversos carregamentos de produtos contrabandeados pertencentes ao ele. As investigações indicam que os cigarros eletrônicos, seus acessórios e outros produtos ilícitos, entraram no Brasil vindos do Paraguai, em diferentes transportes rodoviários. O material seguia com destino a Rondonópolis, município utilizado como distribuição da mercadoria para outros estados do norte e centro-oeste do Brasil, sendo revendidos em grandes quantidades. De acordo com a Polícia Federal, os produtos eram oferecidos aos clientes em lojas físicas e também online, sendo entregues, inclusive, via delivery por motoboys ou carros pequenos. As ordens judiciais foram decretadas pela 1ª Vara Federal, da Justiça Federal em Rondonópolis. São 33 ordens de mandados de busca e apreensão, uma de prisão preventiva, um mandado de sequestro de bem imóvel, avaliado em R\$ 2 milhões, e o bloqueio de ativos na ordem de R\$ 6,4 milhões. "Fizemos a apreensão de aproximadamente 210 volumes, dentre eles cigarros eletrônicos e acessórios, mercadorias diversas eletrônicas, bebidas e perfumes encontrados nas buscas. Tem um valor estimado em R\$ 5,5 milhões", informou Rogério Rigotti, inspetor chefe da **Receita Federal**. Em Rondonópolis, foram cumpridos 16 mandados, além das duas prisões em flagrante, sendo uma por tráfico de drogas e outra por porte ilegal de arma de fogo. Em Várzea Grande foram três mandados cumpridos, em Cuiabá foram cinco mandatos e em Sorriso outros quatro. Também houve cumprimento de mandados em Redenção e Xinguara, ambos no Pará, em Goiânia (GO) e em Campo Grande (MS).

Mudança na meta fiscal não está em debate no governo, afirma Rogério Ceron

Por **Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta - De Brasília**

Fator de incerteza do mercado, a possibilidade de alterar a meta de resultado das contas públicas não está sobre a mesa, disse em entrevista ao Valor o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. "Deixamos claro que, a partir do próximo relatório bimestral, vamos virar a chave desta discussão", comentou.

A divulgação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do quarto bimestre deve ocorrer no fim deste mês. É o documento que mostra o resultado primário esperado e aponta para eventual necessidade de congelar gastos.

Ceron não descartou novo contingenciamento, após o efetuado em julho, no valor de R\$ 3,8 bilhões. No entanto, a perspectiva para receitas é "positiva", informou. Ou seja, é possível até que haja descontingenciamento ainda neste mês.

O otimismo se baseia nos resultados da arrecadação de agosto, que vieram "muito fortes", e no desempenho acima do esperado do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre do ano.

Para o secretário, os dados demonstram que o plano de voo da equipe econômica tem sido bem-sucedido.

Em 2025, disse o secretário, a discussão vai focar na qualidade das despesas. A revisão de gastos, inclusive na vertente que pretende "modernizar" as indexações, será agenda prioritária no ano que vem, afirmou.

A principal crítica dos especialistas à condução da política fiscal tem sido a ausência de medidas estruturais para conter o avanço das despesas, sobretudo as obrigatórias.

Ceron não adiantou detalhes, mas frisou que a equipe econômica concretizou tudo o que se propôs até agora. Da mesma forma como foi atacada com sucesso a recomposição da base tributária, serão debatidos temas referentes à estrutura das despesas, afirmou.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: O **PIB** acima do esperado vai levar a uma revisão para cima das receitas deste ano. Por outro lado, há algumas frustrações de arrecadação que serão reconhecidas pelo governo, como é o caso dos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A meta deste ano será cumprida?

Rogério Ceron: Na nossa visão, o filme de 2024 é assim: primeiro, as medidas que foram tomadas em 2023 surtiram efeito, assim como as medidas de estímulo econômico. A atividade econômica e a recuperação fiscal estão andando exatamente como nós tínhamos projetado. É inegável que nós temos uma recuperação, uma arrecadação forte. Estamos crescendo 9% real e mostrando que o atingimento da meta, ainda que no piso da banda do primário, passa a ser crível.

Valor: E para o bimestral de setembro, o que podemos esperar?

Ceron: Será muito importante. Porque é o último momento para tomar decisões sobre alteração de meta. O processo de recuperação vem mais forte do que estava vindo. A arrecadação de agosto, ainda não posso publicizar os números, mas foi muito forte. Se nós endereçarmos bem a compensação da desoneração, nós temos aí um caminho trilhado para o cumprimento da meta. Incorporamos os efeitos da desoneração e as compensações. Elas vão ajudar com as frustrações que, eventualmente, tenhamos que incorporar, como o **Carf**, que está com um desempenho insuficiente.

Valor: Concessões também?

Ceron: Tem um processo de revisão a ser feito com o Ministério do Transporte.

Valor: Quando o senhor diz que esse bimestral é o último para tomar decisões como uma alteração de meta, quer dizer que isso está na mesa de discussão?

Ceron: Não, não está na mesa. Mas para o mercado isso sempre é um fator de alguma incerteza. Deixamos claro que, a partir do próximo relatório bimestral, vamos virar a chave desta discussão. O próprio ministro [da Casa Civil, Rui] Costa também deu declarações importantes, corroborando a perspectiva

de seguirmos em frente e cumprirmos as metas fiscais. Isso é muito importante.

Valor: O governo enxerga um limite para elevar carga tributária?

Ceron: Ainda que tenha ocorrido essa recomposição da base fiscal, nós vamos caminhar este ano para provavelmente algo em torno de 18,7% do **PIB** de receita líquida, o que está abaixo da média histórica do país.

Valor: E o crescimento de despesas?

Ceron: Na verdade, está reduzindo. Se você olhar para 2017, 2018, 2019, antes da pandemia, a despesa primária era em torno de 19,3%, 19,5% do **PIB**. Estou olhando um período considerado rigoroso do ponto de vista fiscal, de gestão liberal, de redução de tamanho do Estado. Neste ano, devemos fechar abaixo de 19,3% do **PIB**.

Valor: A despesa seguirá caindo nos próximos anos, como proporção do **PIB**?

Ceron: Para o ano que vem, a despesa primária deve também ficar ali rondando 19% do **PIB**. E começa um processo de queda. É um marco importante para a lógica do arcabouço fiscal. Com a atividade econômica crescendo, será possível elevar a despesa pública ao mesmo tempo que se reduz na margem a participação do Estado na economia. A médio e longo prazos, vai aumentando a receita e reduzindo a despesa, abrindo naturalmente um gap e aumentando o superávit primário.

Valor: Mas isso dispensa a adoção de mais medidas pelo lado das despesas?

Ceron: Não, de jeito nenhum.

Valor: Voltando ao bimestral de setembro, podemos esperar descontingenciamento, dada essa alta das receitas?

Ceron: É cedo para dizer. Nas próximas duas semanas faremos um trabalho intenso de revisão. Eu diria que hoje a tendência é positiva pelo lado da receita, e não negativa.

Valor: Então não seria hora de ajustar a mira, já que está apontada no limite inferior da banda de tolerância da meta?

Ceron: Claro. Mas há uma diferença entre mirar [no centro da meta] e as medidas que geram um desgaste importante no governo, a paralisação de ações importantes. Precisa dosar. Lembrando que existe o

empocamento financeiro [surge quando ministérios não conseguem gastar tudo o que tem no orçamento; tem ficado acima de R\$ 20 bilhões por ano]. Olhando para as projeções de receita e despesa, o saldo está batendo no piso. Mas provavelmente não estamos realmente ali, e sim numa faixa intermediária, melhor do que o piso.

Valor: Se precisar contingenciar mais, será feito?

Ceron: Sim. Mas, se não precisar, vamos ficar onde estamos.

Valor: E quanto aos bloqueios, que são feitos quando a despesa projetada está acima do limite do arcabouço?

Ceron: Olha, pode ser que tenha algum bloqueio adicional ainda. É difícil dizer.

Valor: Em 2025, boa parte do espaço adicional de R\$ 143 bilhões é consumida por despesas obrigatórias, restando só R\$ 11 bilhões para elevar gastos discricionários. Como o senhor vê esse cenário?

Ceron: Ele preocupa. O primeiro ponto a destacar é que a peça orçamentária já foi reconhecida pelo mercado como mais equilibrada, com um menor nível de fatores de risco, embora tenha desafios lá. Eu diria que pelo lado da receita algumas projeções podem ter surpresa positiva no ano que vem.

Valor: Por exemplo?

Ceron: Por exemplo, dividendos. São fatores que permitem acomodar pressões. Então, é uma peça mais equilibrada.

Valor: Por que isso é importante?

Ceron: Porque aí atingimos uma primeira etapa, que é garantir o cumprimento da meta fiscal. Aí tem a segunda: qualidade da composição da despesa. A obrigatória está crescendo com uma dinâmica forte e comprimindo a discricionária. É ruim. Então, agora a nossa agenda precisa se voltar a isso.

Valor: E vai?

Ceron: O governo está consciente da necessidade de olhar com cuidado as despesas. Ninguém está querendo fazer corte pelo corte ou pela redução do tamanho do Estado. Mas garantir que essas despesas tenham uma dinâmica sustentável. E isso vai ser a agenda de prioritária de 2025: olhar para a qualidade da composição da despesa, para que ela melhore e não piore de forma estrutural.

Valor: O Ministério do Planejamento colocou como um eixo da revisão de gastos a modernização das indexações de despesas. Isso é agenda para 2025?

Ceron: Eu não queria falar de medidas específicas. Nós fizemos, e acho que inegavelmente, um processo bem-sucedido de recomposição das receitas. Levamos esse debate à luz do sol. Do lado da despesa é a mesma coisa. Tem uma primeira leva que foi publicizada [economia de R\$ 25,9 bilhões]. Outras análises estão sendo feitas.

Valor: Faltam sinais de que a revisão de gastos vá acontecer com força.

Ceron: Acho difícil dizer que não cumprimos aquilo que temos sinalizado. Prometemos uma agenda de recuperar o fiscal e estamos conseguindo fazer isso. Estamos sinalizando que vamos proteger a qualidade da composição da despesa. Temos dois sub-objetivos. Um, garantir que a despesa não gere uma pressão sobre o limite de gastos. Acho que é a preocupação número um do mercado. Dois, garantir que a composição seja saudável.

Valor: O sr. acha que o ajuste pela via das receitas está se exaurindo?

Ceron: Não, eu acho que o país ainda tem muitas distorções tributárias. Temos camadas da população que contribuem de forma muito diferente para o esforço do governo. Há benefícios tributários que, a nosso ver, ainda precisam de ajustes. Então, eu não acho que ela tenha se exaurido. Tem uma cobrança para que seja balanceada com medidas para o lado da despesa. Eu acho justa a discussão.

Valor: Se 2025 será o ano de olhar para a qualidade do gasto, o que está programado para 2026? Teremos como meta superávit de 0,5% do **PIB**.

Ceron: Desafiador. Nosso plano de voo sempre envolve um olhar sobre atividade econômica, recuperação fiscal, **inflação** controlada e redução da desigualdade. É preciso parar de olhar para o retrovisor de mediocridade, achando que nós não temos condições estruturais de crescer mais do que 2%. Chegaremos em 2026 com o menor nível de desemprego da série histórica do país, o maior ciclo de crescimento econômico da década, o menor ciclo de **inflação** desde o início do Plano Real e a maior retomada de investimento público e privado da década. Queremos chegar com esse patamar em 2026, e ele está praticamente contratado.

Valor: Do ponto de vista fiscal, tem um desafio para 2026 e principalmente 2027, que é a questão dos precatórios. Serão R\$ 100 bilhões em 2025, dos quais

R\$ 44 bilhões fora das regras fiscais. Em 2026 ainda tem esse tratamento diferenciado, mas a partir de 2027 não tem mais essa possibilidade. O que fazer?

Ceron: O processo eletrônico, os julgamentos virtuais, aceleraram o processo de julgamento. O estoque de precatórios, cada ano, vai ficando mais jovem, o que é bom. Daqui a algum tempo, isso tende a se estabilizar. Outro tema é a Previdência. A fila cresce, as pessoas buscam socorro no Judiciário para poder ter logo o benefício. A fila diminuiu. Então, estamos absorvendo a pressão da fila no Orçamento. Há também nosso trabalho preventivo, junto à AGU, que tem fechado muitos acordos. Agora é fazer com que não precise de uma regra especial em 2027 para acomodar esse gasto nos limites.

Valor: Alguns analistas apontaram que a alta do **PIB** reforça a perspectiva de alta na Selic. Como o senhor avalia?

Ceron: Evito comentar a condução da política monetária. A discussão sobre alterar ou não a Selic neste momento tem muito mais a ver com o reforço da credibilidade do Banco Central do que, de fato, uma pressão inflacionária de extrema preocupação. Há questões momentâneas, como a escassez hídrica, as bandeiras tarifárias, mas é inegável que, apesar do crescimento econômico, a pressão sobre a **inflação** está muito marginal. Não vejo essa incompatibilidade entre ter um crescimento entre 2,5% e 3%, e um ciclo de **inflação** controlado.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/05/mudanca-na-meta-fiscal-nao-esta-em-debate-no-governo-afirma-rogerio-eron.ghtml>

Revisão de gastos tem de ser "muito bem pensada", afirma Haddad

Estevão Taiar De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que, se todas as regras para as contas públicas do governo federal forem mantidas como estão, "as despesas obrigatórias vão consumir" o espaço das despesas discricionárias. Mas um movimento estrutural de revisão dos gastos obrigatórios "precisa ser muito bem pensado", para não pressionar as políticas sociais e a população de menor renda.

"Não podemos fazer uma regra que prejudique a saúde, a educação e os direitos sociais", disse em entrevista à GloboNews.

Despesas discricionárias são aquelas que podem ser coitadas livremente, como investimentos e custeio. Duas das principais propostas apresentadas por economistas para limitar o crescimento das despesas obrigatórias são: mudanças nos pisos constitucionais dos gastos com saúde e educação; desvinculação de benefícios previdenciários ao reajuste do salário mínimo.

Como mostrou ontem o Valor, as despesas obrigatórias do governo federal crescerão R\$ 132,2 bilhões em 2025, puxadas por benefícios previdenciários e salário do funcionalismo. O crescimento consome 92% de todo o espaço disponível no arcabouço fiscal para a ampliação de gastos.

Na entrevista, o ministro afirmou que "não temos tabu de discutir nenhum assunto em benefício do crescimento sustentado" da economia. "Mas não adianta apresentar uma coisa que não passe no Congresso" ou prejudique a população mais pobre, disse.

Ele projeta que os precatórios previdenciários começarão "a cair, porque a fila [para a concessão de benefícios] não existe mais". Precatórios são dívidas do Poder Público reconhecidas pela Justiça e sem a possibilidade de recursos.

Já a realização de nova reforma do regime geral de **Previdência Social** não é discutida pelo governo "neste momento", segundo o ministro. Mas há "alguma discussão" a respeito de mudanças nas regras das "categorias que ficaram fora da reforma" realizada em

2019.

Haddad garantiu que "nunca" precisou convencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) da importância do equilíbrio das contas públicas. Isso porque Lula "colheu os frutos da responsabilidade fiscal e das reformas microeconômicas" nos dois primeiros mandatos.

"Não tenho que convencer o presidente, [mas] tenho que convencer muita gente", afirmou.

O ministro ainda afirmou que Lula autorizou que o projeto de lei que cria o programa Gás Para Todos seja tratado de acordo com as regras do Orçamento de 2025. Na prática, o texto apresentado inicialmente pelo Ministério de Minas e Energia deixa essas despesas fora do arcabouço fiscal. O titular da Fazenda se reuniu ontem com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, para tratar do tema.

Por fim, a respeito do Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial do Brasil, Haddad afirmou que "é daí (2,5%) para mais". Ele destacou a importância das reformas tributária sobre consumo e renda e microeconômicas para aumentar o indicador. Para Haddad, "o Brasil não tem razões" objetivas "para crescer menos do que a média mundial, que tem sido em torno de 3%".

"Não podemos fazer regra que prejudique a saúde, a educação e os direitos sociais" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187976?page=1§ion=1>

INSS vai fazer mutirões para concessão de BPC

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) fará novos mutirões no Estado do Rio, nos dias 14, 21 e 28 de setembro, para quem precisa iniciar o processo do Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas). Serão oferecidas 1.280 vagas, sempre aos sábados, das 7h às 14h, para atendimento em nove agências da **Previdência Social** na capital e na Baixada Fluminense, de forma escalonada.

Os interessados poderão agendar o atendimento pela central telefônica 135, pelo site ou pelo aplicativo Meu **INSS**. O objetivo é reduzir a fila de espera por benefícios, permitindo também aos segurados esclarecer dúvidas.

Têm direito ao BPC: idosos, pessoas com deficiência e renda familiar de até um quarto do salário-mínimo (R\$ 353) per capita, calculada com base nas informações do Cadastro Único (CadÚnico) e dos sistemas do **INSS**. O valor do benefício é de um piso nacional (R\$ 1.412).

O beneficiário não pode estar em outro programa da **Seguridade Social**, exceto assistência médica e pensão especial indenizatória.

Para requerer o benefício, não é necessário ter contribuído para o **INSS**. Basta cumprir os requisitos. Quem recebe BPC/Loas, porém, não tem direito ao 13Q salário, e o benefício não é revertido em pensão por morte.

Para maiores de 65 anos, é feita análise administrativa, da renda e da composição familiar. Para pessoas com deficiência, exige-se avaliação social conduzida por um assistente social do **INSS**.

CALENDÁRIO

AOS SÁBADOS Serão três sábados seguidos, a partir do dia 14 de setembro. Horário: das 7h às 14h.

AGENDAMENTO Agende o atendimento para a agência de sua preferência na central telefônica 135, no site <https://www.gov.br/inss> ou no aplicativo Meu **INSS**.

14 DE SETEMBRO Agências **INSS** para requerer o benefício: Nova Iguaçu, 120 vagas; Praça da Bandeira (Zona Norte do Rio), 220 vagas; Nilópolis, 100 vagas.

21 DE SETEMBRO Agências: Avenida Brasil (Irajá), 200 vagas; São João de Meriti, 120 vagas.

28 DE SETEMBRO Agências: São Gonçalo, 160 vagas; Duque de Caxias, 200 vagas; Magé, 80 vagas; Macaé, 80 vagas.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Como os ministros do STF devem tratar a revisão da vida toda? (Visão do direito)

Opinião

Por Thaís Riedel* - Esse tema já foi exaustivamente debatido no Supremo. Essa mudança de entendimento é muito maléfica para o segurado e nos coloca diante de uma grande insegurança jurídica. A Reforma de 1998 determinou que as contribuições feitas antes de 1994 deveriam ser descartadas e, algumas pessoas, tinham salários altos antes e, em 1998 salários menores, portanto, contribuições maiores que, poderiam, se consideradas, impactar positivamente em seus benefícios.

Em dezembro de 2022, o STF firmou tese no sentido de ser permitida a inclusão do período anterior a 1994 no cálculo do valor do benefício dos aposentados. O **INSS** interpôs um embargo de declaração, e aí, o ministro Cristiano Zanin, que ingressou só em 2023 no STF, entendeu que não cabeira ao STF julgar o tema e, sim ao STJ e que o processo deve ser anulado e ter início em outro Tribunal. O que seria muito ruim.

Os demais ministros estão analisando o voto do ministro e eu espero como advogada previdenciária, mas antes de tudo, como cidadã de que isso não ocorra. Não é razoável que tenhamos que lidar com tamanha insegurança jurídica. Imagina você ter um tema que já estava em discussão há 20 anos, como é o caso, haver uma decisão colegiada, um acórdão do STF proferido, e quando da análise de um recurso interno, haver uma decisão que põe fora toda essa discussão jurídica? Entendo não ser razoável até porque, houve a real contribuição por parte dos beneficiários.

*Advogada no Distrito Federal e professora de direito previdenciário, com mestrado em direito previdenciário pela PUC-SP e doutorado em direito constitucional pelo IDP

Por Thaís Riedel* - Esse tema já foi exaustivamente debatido no Supremo. Essa mudança de entendimento é muito maléfica para o segurado e nos coloca diante de uma grande insegurança jurídica. A Reforma de 1998 determinou que as contribuições feitas antes de 1994 deveriam ser descartadas e, algumas pessoas, tinham salários altos antes e, em 1998 salários menores, portanto, contribuições maiores que, poderiam, se consideradas, impactar positivamente em seus benefícios.

Em dezembro de 2022, o STF firmou tese no sentido de ser permitida a inclusão do período anterior a 1994 no cálculo do valor do benefício dos aposentados. O **INSS** interpôs um embargo de declaração, e aí, o ministro Cristiano Zanin, que ingressou só em 2023 no STF, entendeu que não cabeira ao STF julgar o tema e, sim ao STJ e que o processo deve ser anulado e ter início em outro Tribunal. O que seria muito ruim.

Os demais ministros estão analisando o voto do ministro e eu espero como advogada previdenciária, mas antes de tudo, como cidadã de que isso não ocorra. Não é razoável que tenhamos que lidar com tamanha insegurança jurídica. Imagina você ter um tema que já estava em discussão há 20 anos, como é o caso, haver uma decisão colegiada, um acórdão do STF proferido, e quando da análise de um recurso interno, haver uma decisão que põe fora toda essa discussão jurídica? Entendo não ser razoável até porque, houve a real contribuição por parte dos beneficiários.

*Advogada no Distrito Federal e professora de direito previdenciário, com mestrado em direito previdenciário pela PUC-SP e doutorado em direito constitucional pelo IDP

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2024/09/6935294-como-os-ministros-do-stf-devem-tratar-a-revisao-da-vida-toda.html>

Visão do direito: O uso da Selic e o consignado

Opinião

Por Monica Lopes de Mendonça e Vitor Carvalho Lopes* - O uso da taxa Selic como parâmetro para reduzir as taxas de juros do consignado para aposentados e pensionistas é vista com preocupação, pois o Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) não tem levado em conta qualquer critério técnico nem a estrutura dos custos das instituições financeiras para fazer a alteração, o que pode trazer diversos prejuízos à regulação do mercado com reflexos, consequentemente, na sociedade.

Desde 2023, o CNPS aprovou oito reduções no teto da taxa de juros do consignado. A última ocorreu em maio de 2024, pouco mais de um mês da diminuição anterior ter sido feita. Nos empréstimos com desconto em folha, a taxa de juros mensais passou de 1,68% para 1,66%, enquanto para o cartão de crédito consignado e o cartão consignado de benefício, o limite foi de 2,49% para 2,46% ao mês. Os novos percentuais já estão em vigor.

A proposta partiu do Ministério da **Previdência Social**, sob a justificativa de redução de 0,25% na taxa Selic, promovida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). Na visão do governo, o teto do consignado deve ser alterado proporcionalmente à redução da Selic. Traçando um histórico, de dezembro/2021 até maio/2024 houve uma redução significativa de 0,48% na taxa de juros do empréstimo consignado.

As constantes diminuições das taxas de juros geram insegurança ao mercado e inviabilizam a oferta ao crédito, especialmente para as instituições financeiras de pequeno e médio porte, por não conseguirem suportar a estrutura de custos dos produtos, acarretando, consequentemente, redução ou até na suspensão da comercialização. O reflexo imediato recai sobre os aposentados e pensionistas do **INSS**, que terão que procurar linhas de crédito com custos bem mais altos.

Não há sentido no uso da taxa Selic como gatilho para redução da taxa de juros nas operações de crédito consignado entre as instituições financeiras e os beneficiários do **INSS**. Isso porque ela é evidentemente inadequada enquanto parâmetro do custo do funding dos agentes econômicos que operam

nesse mercado, tampouco o único, como dá a entender a reiterada metodologia adotada pelo CNPS para a frequente tomada de decisão de redução dos juros. Assim se afirma porque, ao se estruturar uma operação de captação de recursos pelas instituições financeiras para a realização de operações de consignado, é preciso avaliar o comportamento da taxa de juros futuros do país por um período de, ao menos, dois anos. Em todas as projeções que se tem notícia, a taxa de juros futuro se encontra precificada a um valor maior do que as praticadas atualmente.

Somam-se a isso o prêmio de risco de captação a variar, segundo as características de cada agente econômico, análises de crédito e performance, e outros custos fixos que compõem a estrutura de despesas dessa operação e que somente aumentam, tais como, aluguel, luz, água, e especialmente gastos com os correspondentes bancários, tão necessários a essa indústria para garantir capilaridade a esse produto em todo o país.

Relevante constatar que o CNPS, ao ignorar essa realidade técnica e reduzir drasticamente a taxa de juros do consignado no último um ano e meio, deixa de observar que não é preciso um teto baixo de juros para que se pratique taxas menores. A regulação é feita pelo próprio mercado. Em outros termos: a taxa média acaba ocorrendo pela própria competição entre as instituições financeiras, gerando uma autorregulação. O teto nessa ocasião deveria servir para coibir abusos de instituições financeiras e não para alijar agentes econômicos - e por via de consequência oferta de operações de crédito sob essa modalidade - prejudicando os consumidores.

A forma como a redução da taxa de juros está sendo feita pelo CNPS, sem incluir outras instâncias regulatórias, como o Ministério da Fazenda e o Banco Central, leva a crer que esse processo decisório, mais uma vez, não observa os riscos regulatórios a ele inerentes, gerando um deficit de qualidade dessa regulação e efeitos deletérios para a sociedade como um todo, especialmente para os aposentados e pensionistas do **INSS**, parte mais vulnerável que a política regulatória deveria justamente defender.

Entre os resultados indesejados, teremos: redução da oferta do crédito consignado; prejuízo para a parte mais vulnerável da população, uma vez que

aposentados e pensionistas terão que migrar para linhas de crédito mais caras, demonstrando ineficiência da política pública; eliminação dos correspondentes bancários, por ausência de incentivos a esse agente econômico e a consequente perda de postos de trabalho e queda de arrecadação; perda da capacidade de operação dessa linha de crédito por bancos de pequeno e médio porte, impossibilitando que o serviço seja oferecido em todo o território nacional; concentração bancária na oferta do crédito consignado e consequente redução da concorrência; e ampliação do custo regulatório, em razão da composição das despesas assumidas pelos empresários para colocar o produto em circulação no mercado.

A quantificação dos custos e benefícios parece realmente não fazer sentido. Logo, conclui-se que o CNPS, ao aplicar a redução dos juros única e exclusivamente com base na taxa Selic, e deixar de realizar uma adequada análise de custo-benefício, estudos de viabilidade técnicas e de impactos causados ao setor financeiro, prejudica não só todos os agentes econômicos como a parte mais vulnerável que ela visava defender e proteger.

*Monica e Vitor são sócios do Villemor Amaral advogados

Por Monica Lopes de Mendonça e Vitor Carvalho Lopes* - O uso da taxa Selic como parâmetro para reduzir as taxas de juros do consignado para aposentados e pensionistas é vista com preocupação, pois o Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) não tem levado em conta qualquer critério técnico nem a estrutura dos custos das instituições financeiras para fazer a alteração, o que pode trazer diversos prejuízos à regulação do mercado com reflexos, consequentemente, na sociedade.

Desde 2023, o CNPS aprovou oito reduções no teto da taxa de juros do consignado. A última ocorreu em maio de 2024, pouco mais de um mês da diminuição anterior ter sido feita. Nos empréstimos com desconto em folha, a taxa de juros mensais passou de 1,68% para 1,66%, enquanto para o cartão de crédito consignado e o cartão consignado de benefício, o limite foi de 2,49% para 2,46% ao mês. Os novos percentuais já estão em vigor.

A proposta partiu do Ministério da **Previdência Social**, sob a justificativa de redução de 0,25% na taxa Selic, promovida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). Na visão do governo, o teto do consignado deve ser alterado proporcionalmente à redução da Selic. Traçando um histórico, de dezembro/2021 até maio/2024 houve uma redução significativa de 0,48% na taxa de juros do empréstimo

consignado.

As constantes diminuições das taxas de juros geram insegurança ao mercado e inviabilizam a oferta ao crédito, especialmente para as instituições financeiras de pequeno e médio porte, por não conseguirem suportar a estrutura de custos dos produtos, acarretando, consequentemente, redução ou até na suspensão da comercialização. O reflexo imediato recai sobre os aposentados e pensionistas do **INSS**, que terão que procurar linhas de crédito com custos bem mais altos.

Não há sentido no uso da taxa Selic como gatilho para redução da taxa de juros nas operações de crédito consignado entre as instituições financeiras e os beneficiários do **INSS**. Isso porque ela é evidentemente inadequada enquanto parâmetro do custo do funding dos agentes econômicos que operam nesse mercado, tampouco o único, como dá a entender a reiterada metodologia adotada pelo CNPS para a frequente tomada de decisão de redução dos juros. Assim se afirma porque, ao se estruturar uma operação de captação de recursos pelas instituições financeiras para a realização de operações de consignado, é preciso avaliar o comportamento da taxa de juros futuros do país por um período de, ao menos, dois anos. Em todas as projeções que se tem notícia, a taxa de juros futuro se encontra precificada a um valor maior do que as praticadas atualmente.

Somam-se a isso o prêmio de risco de captação a variar, segundo as características de cada agente econômico, análises de crédito e performance, e outros custos fixos que compõem a estrutura de despesas dessa operação e que somente aumentam, tais como, aluguel, luz, água, e especialmente gastos com os correspondentes bancários, tão necessários a essa indústria para garantir capilaridade a esse produto em todo o país.

Relevante constatar que o CNPS, ao ignorar essa realidade técnica e reduzir drasticamente a taxa de juros do consignado no último um ano e meio, deixa de observar que não é preciso um teto baixo de juros para que se pratique taxas menores. A regulação é feita pelo próprio mercado. Em outros termos: a taxa média acaba ocorrendo pela própria competição entre as instituições financeiras, gerando uma autorregulação. O teto nessa ocasião deveria servir para coibir abusos de instituições financeiras e não para alijar agentes econômicos - e por via de consequência oferta de operações de crédito sob essa modalidade - prejudicando os consumidores.

A forma como a redução da taxa de juros está sendo feita pelo CNPS, sem incluir outras instâncias regulatórias, como o Ministério da Fazenda e o Banco

Central, leva a crer que esse processo decisório, mais uma vez, não observa os riscos regulatórios a ele inerentes, gerando um deficit de qualidade dessa regulação e efeitos deletérios para a sociedade como um todo, especialmente para os aposentados e pensionistas do **INSS**, parte mais vulnerável que a política regulatória deveria justamente defender.

Entre os resultados indesejados, teremos: redução da oferta do crédito consignado; prejuízo para a parte mais vulnerável da população, uma vez que aposentados e pensionistas terão que migrar para linhas de crédito mais caras, demonstrando ineficiência da política pública; eliminação dos correspondentes bancários, por ausência de incentivos a esse agente econômico e a conseqüente perda de postos de trabalho e queda de arrecadação; perda da capacidade de operação dessa linha de crédito por bancos de pequeno e médio porte, impossibilitando que o serviço seja oferecido em todo o território nacional; concentração bancária na oferta do crédito consignado e conseqüente redução da concorrência; e ampliação do custo regulatório, em razão da composição das despesas assumidas pelos empresários para colocar o produto em circulação no mercado.

A quantificação dos custos e benefícios parece realmente não fazer sentido. Logo, conclui-se que o CNPS, ao aplicar a redução dos juros única e exclusivamente com base na taxa Selic, e deixar de realizar uma adequada análise de custo-benefício, estudos de viabilidade técnicas e de impactos causados ao setor financeiro, prejudica não só todos os agentes econômicos como a parte mais vulnerável que ela visava defender e proteger.

*Monica e Vitor são sócios do Villemor Amaral advogados

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2024/09/6935192-visao-do-direito-o-uso-da-selic-e-o-consignado.html>

BPC, pago pelo INSS, não é aposentadoria; entenda a diferença e veja quem pode ter a renda cortada

Júlia Galvão

Cristiane Gercina

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) está convocando beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada) para um pente-fino que visa regularizar situações pendentes e cadastros desatualizados. Até o final do ano, serão chamados 1,2 milhão de segurados.

A medida faz parte de uma revisão de gastos para cobrir irregularidades nos pagamentos, e tem sido questionada por segurados. Muitos acreditam que o governo irá cortar suas aposentadorias. No entanto, BPC não é aposentadoria.

Chamado de benefício programável, a aposentadoria é um direito de quem contribui com a Previdência. No caso do BPC, não é preciso pagar contribuições, basta que o critério de renda da família atenda as condições.

O governo federal prevê o corte de R\$ 25,9 bilhões em 2025, dos quais R\$ 6,4 bilhões se referem ao BPC e R\$ 10,5 bilhões a outros benefícios pagos pelo **INSS**, incluindo o benefício por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença.

Alessandro Stefanutto, presidente do **INSS**, afirma que a revisão do BPC e do auxílio-doença está prevista em lei e não é uma ação que será feita agora e, depois, esquecida. Será contínua. Além disso, diz que o órgão está investigando inicialmente cadastro desatualizados há 48 meses ou quem nunca se cadastrou.

"Tem CadÚnico sem atualizar há 48 meses, é um conjunto da época da pandemia e também um problema de renda. Às vezes, a pessoa já não tem mais a condição de renda", diz.

Com o início da revisão, segurados passaram a questionar se perderiam seu benefícios nesse processo. Uma fakenews que tem sido difundida e que, nas casas em que são pagos dois benefícios, um deles seria cortado.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Julia Lenzi, professora de direito previdenciário da FDUSP (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo), afirma que essas rodadas de fiscalização só irão afetar aqueles que se encontram fora das regras de concessão.

"Existem problemas que podem ser de ordem pessoal ou do sistema, e que geram a concessão indevida de benefícios. Eles serão revistos e, em eventual caso de cancelamento administrativo, os recursos de quem tem direito sempre serão garantidos, sendo também possível a entra na Justiça contra o corte", diz

O BPC está previsto na Loas (Lei Orgânica da Assistência Social). Portanto, trata-se de um benefício assistencial, e não previdenciário, que é pago pelo BPC. Segundo a lei, o benefício "é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade".

Para o caso dos indivíduos com deficiência, é necessário que a condição lhe cause impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, impossibilitando a pessoa de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade com as demais pessoas.

No caso da idade, é preciso que o beneficiário tenha a partir de 65 anos e seja de família cuja renda por pessoa (pera capita) seja de até um quarto do salário mínimo. Para aprender a calcular a renda per capita familiar acesse este link .

No caso das pessoas com deficiência, o benefício é pago a cidadão de qualquer idade, desde que também tenha a renda per capita exigida na lei.

A professora afirma que, apesar do limite de renda para acesso ao benefício, há uma flexibilidade nos tribunais mediante a comprovação de gastos excessivos com alguns itens, como, por exemplo,

medicação, alimentação especial, fraldas e equipamentos de saúde.

"É possível elevar essa renda per capita em até um meio salário mínimo, mas, de qualquer maneira, nós estamos falando de situações de alta miserabilidade."

No caso da deficiência, após a comprovação da renda, é necessário que a pessoa passe por uma avaliação médica e social no **INSS**. Além do auxílio, os beneficiários do BPC contam com descontos nas tarifas de energia elétrica por meio da Tarifa Social de Energia .

Para solicitar o benefício, é necessário que o cidadão, assim como sua família, esteja inscrito no Cadastro Único -sistema que identifica as famílias de baixa renda residentes no país.

O requerimento solicita apenas um documento de identificação com foto -que não precisa ser original, mas é possível que o **INSS** peça a apresentação dos documentos originais em alguma fase do processo.

O BPC não pode ser acumulado com outros benefícios, como aposentadoria e a pensão, por exemplo, seja do **INSS** ou outro regime.

As aposentadorias podem ser definidas como benefícios previdenciários que demandam um histórico contributivo, explica Julia.

"Somente quem contribui com a Previdência, quem é segurado, vai ter acesso às diversas modalidades de aposentadoria, como a aposentadoria por incapacidade laboral e a aposentadoria por idade, por exemplo", diz ela.

O valor dessas aposentadoria apresenta relação direta, dessa forma, com o histórico contributivo e trabalhista do segurado.

Apesar de ambos serem benefícios de transferência de renda que fazem parte da política de proteção social, a natureza dos recursos é diferente. Ou seja, enquanto o primeiro se encaixa na modalidade assistencial, o segundo apresenta um caráter previdenciário.

Além disso, ao contrário dos benefícios previdenciários, o BPC não paga o 13º salário e não deixa pensão por morte.

A principal diferença entre eles é que o beneficiário do BPC não precisa pagar o **INSS** para receber a renda e tem que provar critérios de baixa renda. Na aposentadoria, só tem o benefício quem paga a Previdência e cumpre as regras de tempo mínimo de

contribuição e/ou de idade.

Julia explica que, de acordo com a Loas, o recebimento de um Benefício de Prestação Continuada por um idoso ou por uma pessoa com deficiência de um determinado núcleo familiar não é obstáculo para o reconhecimento e a concessão de outro BPC.

"Isso já estava previsto tanto no Estatuto do Idoso, quanto na Lei Assistencial para casais de idosos maior de 65 anos. Por decisões judiciais, isso também foi ampliado para pessoas com deficiência", destaca.

Além disso, na casa em que se recebe Bolsa Família pode haver direito ao BPC. Mas quando a família recebe o Benefício de Prestação Continuada, não há como ter o Bolsa Família.

"Uma única pessoa não pode receber o Benefício de Prestação Continuada mais a aposentadoria ou receber dois BPCs", diz.

A professora reforça ainda que o BPC é um benefício pago quando não há proteção previdenciária, assim, se o indivíduo tem direito a receber uma aposentadoria é mais favorável que esse seja o benefício acessado.

Para solicitar o BPC, é necessário entrar em contato com algum dos canais de atendimento do **INSS**:

Acesse o site ou o aplicativo de celular "**Meu INSS**"

Ligue pelo telefone 135, que possui ligação gratuita de telefone fixo

Visite uma APS (Agência da **Previdência Social**)

Antes, porém, o cidadão precisa se inscrever no CadÚnico, o que é feito por meio dos Cras (Centro de Referência da Assistência Social), das prefeituras.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/bpc-pago-pelo-inss-nao-e-aposentadoria-entenda-a-diferenca-e-veja-quem-pode-ter-a-renda-cortada.shtml>

Senado decide sobre Galípolo após 1º turno

Julia Lindner, Caetano Tonet e Gabriel Shinohara De Brasília

Em uma derrota para o governo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou ontem que a análise da indicação de Gabriel Galípolo para o comando do Banco Central (BC) no plenário da Casa ocorrerá em 8 de outubro, só depois do primeiro turno das eleições municipais.

"Há uma dificuldade no mês de setembro para reunirmos um maior quórum no plenário do Senado, tanto para deliberação de posições legislativas mais relevantes quanto para indicações dessa natureza", alegou Pacheco.

Minutos antes do **comunicado**, Pacheco esteve com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), para bater o martelo sobre o tema. Na saída, embora a vontade do Palácio do Planalto não tenha prevalecido, Wagner comemorou o fato de "a novela ter chegado ao fim".

Após o entendimento, Pacheco encaminhou formalmente a mensagem com a indicação de Galípolo - atual diretor de política monetária do BC - à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo ele, caberá ao presidente do colegiado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), definir a melhor data para a sabatina até 8 de outubro.

"Quero destacar, sem fazer nenhum tipo de antecipação de discussão, do nosso reconhecimento sobre a boa qualidade do indicado, o qual conviveu conosco aqui inclusive discussões relevantes como da **reforma tributária**", afirmou Pacheco, em referência ao período em que Galípolo foi secretário-executivo no Ministério da Fazenda.

Ainda de acordo com o presidente do Senado, o prazo extra "dará tempo" para Galípolo ter a oportunidade de estar com todos os senadores "para apresentar seu pensamento sobre a política monetária, seus pensamentos para o Banco Central".

O governo queria concluir o processo até a próxima semana, dias antes das reuniões do Copom, que ocorrem nos dias 17 e 18 deste mês. Pacheco e seus aliados, como o senador Davi Alcolumbre (União-AP), não concordaram com essa possibilidade.

Aliados do presidente do Senado consideram que a decisão visa colocar um "freio de anuiação" na

relação entre o governo e o Legislativo. Gerou incômodo o fato de os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, terem anunciado haver acordo para a sabatina e deliberação ocorrerem neste mês.

Ao falar sobre o acordo, Jaques Wagner disse que o nome de Galípolo "não cria aresta com ninguém". Wagner afirmou que, se dependesse dele, a deliberação ocorreria antes das eleições, mas Pacheco ponderou que seria melhor depois e isso é "razoável".

Sobre as visitas do indicado aos senadores, Wagner defendeu que ele "tem percorrido vários gabinetes" e que pediu a Galípolo para se encontrar com todos. Até o momento, já foram contabilizadas 30 visitas no total.

"Não é um nome tirado de uma cartola, porque ele está há um ano como diretor do Banco Central", avaliou Wagner.

Líder da oposição, Marcos Rogério (PL-RO) pediu para a data ficar em aberto, considerando que o mandato do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, vai até dezembro. Pacheco, ignorou a solicitação.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187976>

A reforma tributária e o imposto sobre consumo (Artigo)

Eduardo Jardim Mestre e doutor em Direito e professor emérito na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Além de sócio de Eduardo Jardim e Advogados Associados

O projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária** ganhou destaque novamente no início do segundo semestre de 2024, com o Senado dedicando total atenção à proposta, considerada uma das prioridades diante do objetivo do governo federal de concluir a aprovação até o final do ano. A discussão agora está centrada no projeto que aborda o imposto sobre o consumo, com impactos esperados em diversos setores e na vida dos cidadãos - grupo em que muitos ainda desconhecem o assunto.

Compreender o tema é crucial para uma análise crítica, especialmente para identificar detalhes como propostas já contempladas na Constituição dentro do projeto da **reforma tributária**.

Alguns itens são apresentados como novidades, mas na verdade não são. Há um equívoco em algumas informações transmitidas pelo Poder Público para a sociedade, sendo um dos pontos mais problemáticos a ideia de simplificação, que, ao contrário, pode complicar bastante as questões envolvidas.

O texto que abrange a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à isenção de **impostos** para produtos da cesta básica, já aprovado pela Câmara dos Deputados, também continua sendo alvo de debates sobre a intenção de simplificação.

Em uma comparação, o Código Tributário Nacional possui 45 páginas, sendo respeitado por diferentes países, inclusive europeus. Já a proposta da **reforma tributária** tem 504 páginas.

Como podemos falar em simplificação?

É importante também enfatizar a inclusão do IPVA para embarcações marítimas e aeronaves na **reforma tributária**. Essa cobrança já estava prevista anteriormente, sendo originalmente estabelecida pela Emenda Constitucional nº 18, de novembro de 1965, e implementada em São Paulo por meio da Lei 6.606/89.

A mesma abordagem foi adotada por outras unidades da Federação, com a previsão de cobrança para

veículos automotores em todas as suas modalidades, incluindo embarcações marítimas, aeronaves e veículos de circulação terrestre. No entanto, por determinação do Supremo Tribunal Federal, a cobrança foi restringida aos veículos terrestres.

A Desvinculação de Receitas da União (DRU), que autoriza o governo federal a usar até 30% da arrecadação tributária para despesas gerais, também é questionável. Ela destina essa parte para o Poder Executivo, o que vai contra o que estabelece a Constituição. Os **impostos** não devem ter suas receitas previamente comprometidas.

Cito também a importância de revisar como é abordado o campo da arrecadação de alguns **impostos** e a distribuição entre diferentes níveis de governo no Brasil, especificamente o Imposto de Renda, que é dividido entre a União, os Estados e os municípios por meio de fundos de participação. É necessário questionar a distorção na partilha dessa arrecadação.

Por tudo isso, ressalto o respeito ao Sistema Tributário Constitucional estabelecido em 1965 e aprimorado em 1988, reconhecido tanto nacional quanto internacionalmente. Da mesma forma, enfatizo a importância de ampliar o debate público sobre o tema, considerando a tendência de aumento da carga tributária para financiar o gasto público. %

Mercado de trabalho vai seguir aquecido, diz FGV

Alessandra Saraiva Do Rio

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) avançou pelo terceiro mês consecutivo em agosto, com alta de 1,5 pontos, para 83,1 pontos, informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O aumento conduziu o indicador à maior pontuação desde setembro de 2022 (83,8 pontos).

Para Rodolpho Tobler, economista do Instituto Brasileiro de Economia da fundação, o resultado sinaliza que o mercado de trabalho deve continuar aquecido até o fim do ano. No entendimento dele, o indicador evidencia interesse de empresários em abertura de vagas, nos próximos meses. Mas faz alerta: isso pode mudar, no longo prazo, a depender da trajetória futura da taxa básica de juros (Selic).

O mercado de trabalho já está aquecido, como mostrou a pesquisa Pnad Contínua, do IBGE. No estudo, a taxa de desemprego ficou em 6,8% no trimestre finalizado em julho, a menor taxa para o período na história da pesquisa, iniciada em 2012. A população ocupada no mercado de trabalho também foi recorde, no trimestre encerrado em julho.

"O mercado de trabalho opera aquecido e os dados da Pnad, com recorde de população ocupada, já mostravam isso", resumiu Tobler.

Questionado sobre razões de continuidade no ímpeto de abertura de vagas, o especialista ponderou que isso tem a ver principalmente com atividade econômica aquecida, com demanda interna em alta. Ele lembrou a alta de 1,4% no Produto Interno Bruto (PIB) do segundo ante o primeiro trimestre.

Ou seja: até junho, a economia encontrava-se em boa trajetória, comentou. Isso é percebido pelos empresários, que não contratam mais a não ser que se tenha demanda que justifique novas vagas, lembrou.

"Uma coisa que também vemos é que, diferentemente do ano passado, quando a expansão na atividade econômica foi mais impulsionada pela agropecuária, a alta da economia em 2024 é mais disseminada", notou ainda. Isso abre oportunidades para interesse em abrir vagas em diversos setores.

Sobre a possibilidade de continuidade de altas no IAEmp em horizonte de longo prazo, Tobler foi cauteloso. Ele recordou que, com a economia mais aquecida do que o esperado, ganharam força as apostas do mercado de nova subida da Selic. Isso porque atividade mais aquecida pode levar a uma maior pressão inflacionária. Nesse caso, uma das estratégias usadas pelo Banco Central (BC) é elevar a Selic, para inibir consumo e, com isso, diminuir ritmo de demanda interna.

Com isso, afirma Tobler, caso ocorra diminuição no ritmo da demanda, atualmente aquecida, os empresários podem não se sentir tão mais propensos a abrir postos de trabalho.

No entanto, mesmo que ocorra alta na Selic neste ano, o efeito de elevação da taxa na economia real opera com defasagem de seis meses a nove meses, lembrou. Ou seja: não afetaria cadência da economia, e do consumo, de forma imediata, em curto e médio prazos, ainda neste ano. Isso ajudaria a manter mercado de trabalho aquecido até término de 2024, admitiu.

"Creio que o IAEmp continuará em trajetória positiva até fim do ano. Podem ser mais brandas ou tímidas, com alguma oscilação, mas serão altas", resumiu.

"Creio que o IAEmp continuará em trajetória positiva até fim do ano" Rodolpho Tobler

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187976?page=1§ion=1>

"Podemos crescer até 3% sem bater na inflação", afirma Simone Tebet

Jéssica Sant"Ana De Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que é possível o Brasil crescer de 2,8% a 3% sem gerar pressão inflacionária, uma preocupação dos economistas depois do forte resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre deste ano, puxado, principalmente, pelo consumo interno.

"Nós podemos sim crescer na casa de 2,8% até 3% sem bater na **inflação**, desde que o crescimento seja pela diversidade, ou seja, não é só o agronegócio, tem que comparecer a indústria, capital fixo [investimento], o crescimento do setor empresarial", disse Tebet em entrevista na manhã desta quarta-feira (4) ao "Jornal da CBN".

A ministra avaliou que essa "maior qualidade na composição do crescimento econômico aconteceu no segundo bimestre deste ano. "Quem compareceu para dar esse crescimento? Foi a indústria da construção, foi o consumo, foi o setor de serviços. Isso também demonstra o quanto as políticas públicas acertadas, colocando mais recursos na mão de quem menos tem, pode fazer efeito na economia."

Tebet citou como exemplo de política pública acertada a valorização do salário mínimo acima da **inflação**, que tem ajudado a puxar o consumo das famílias. "Quando você vem com a valorização do salário mínimo, que é pagar o salário mínimo acima da **inflação**, quem ganha um, dois salários mínimos, coloca tudo isso no comércio. Eu ousou dizer que a maior política social do governo do presidente Lula não é nem o Bolsa Família, é a valorização do salário mínimo acima da **inflação**."

Na avaliação da ministra, esse crescimento de maior qualidade do **PIB** não traz efeito inflacionário. "Esse crescimento vem da indústria, do investimento. Então, a demanda por produtos, que vem por conta do salário aquecido, vai encontrar nas prateleiras os produtos graças à indústria que está produzindo. Isso de alguma forma ajuda a controlar a **inflação**."

Ela disse, ainda, que se a composição do **PIB** se mantiver nos próximos trimestres, não há necessidade de o Banco Central voltar a subir os juros nem de a **inflação** ficar acima da meta, que é de 3% ao ano,

com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

A ministra também reforçou que o **PIB** em 2024 deve crescer próximo a 3%, porque o agronegócio, que não compareceu no segundo trimestre, dará sua contribuição nos últimos meses do ano.

Questionada se a revisão do crescimento do **PIB** para cima vai incentivar o desejo, tanto de parlamentares como de parte do governo, em aumentar gastos no Orçamento do ano que vem, Tebet negou.

"Com esse crescimento do **PIB**, aliado aos ajustes que estamos fazendo em parceria com o Congresso Nacional, nós estamos muito próximos de alcançar a meta zero ainda no ano de 2024", disse.

Crescimento espalhado do **PIB** mostra acerto das políticas públicas Simone Tebet

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187976?page=1§ion=1>

O que esperar da regulamentação das emendas parlamentares? (Artigo)

Por Alexandre Manoel e Helder Rebouças

Alexandre Manoel é economista-chefe da AZ Quest e ex-secretário nos Ministérios da Economia e da Fazenda (2018-2020).

Helder Rebouças é consultor de orçamentos do Senado e doutor em Direito pela Universidade de Brasília.

A recente decisão do ministro Flávio Dino, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7697, mantida por unanimidade pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), além de atribuir caráter relativo (e não absoluto) à impositividade das emendas individuais e de bancada estadual, suspendeu a execução dessas despesas até que sejam editadas regras que garantam a transparência e a rastreabilidade dos recursos.

Posteriormente, nota conjunta dos Poderes firmou consenso sobre alguns pontos que serão objeto de regulamentação, referentes à execução dessas emendas. De forma geral, isso diz respeito à evolução exponencial de um montante pago de emendas de R\$ 2,4 bilhões (0,04% do PIB), em 2015, para R\$ 35,8 bilhões (0,32% do PIB), em 2023.

Essa compreensão do STF sobre a impositividade e moderação na evolução das emendas foi baseada em expresso dispositivo constitucional, que condiciona a execução das despesas a prévio exame de impedimentos de ordem técnica, e reafirma, na prática, que é poder-dever do Executivo não executar despesas de emendas individuais (inclusive as Pix) e de bancadas estaduais em desacordo, por exemplo, com as prioridades das políticas públicas traçadas nos planos de governo.

Até 2014, o poder sobre o orçamento era concentrado no Executivo, de modo que os parlamentares não alinhados ao Planalto tinham dificuldades na execução de suas emendas. Consequentemente, a agenda política seguia sob controle do Executivo, com baixos incentivos às posições discordantes do Legislativo. Nesse ambiente, parlamentares de oposição tinham dificuldade de se eleger.

A natural reação a essa concentração, e o fim do financiamento privado eleitoral, levaram a novas

investidas sobre o orçamento, com consequente rearranjo no ordenamento da execução orçamentária. Em que pese a evolução dos valores das emendas no tempo, qualquer comparação internacional dos nossos atuais 0,32% do PIB de emendas requer exame acurado das regras do jogo político-eleitoral de cada sistema tomado como paradigma.

A comparação com o percentual gasto na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, deve levar em conta que quase 80% dos países-membros executam seus orçamentos sob um regime parlamentarista, em que o chefe de governo é nomeado pelo Parlamento e este, naturalmente, não precisa de emenda para exercer algum poder na alocação orçamentária.

Ademais, na OCDE, há também os países que possuem orçamento impositivo, como os Estados Unidos, onde o gestor público é obrigado a executar a despesa que foi determinada pelo Legislativo.

Face ao exposto e, com base na decisão da STF na ADI 7697, apresentamos a seguir um conjunto de sugestões para a regulamentação das emendas orçamentárias, como forma de contribuir no debate:

Limitação do crescimento real das despesas das emendas aos mesmos 2,5% estipulados no arcabouço fiscal;

Bloqueio ou contingenciamento, devidamente justificado, em igual proporção à limitação realizada nas demais despesas;

Emendas Pix (que somaram R\$ 21,3 bilhões entre 2020 e 2024): a execução dessas emendas ficaria condicionada à prévia apresentação de um projeto para a aplicação dos recursos pelo beneficiário. Ademais, a classificação dessas despesas seria a mesma adotada pela União para fins de harmonização contábil e controle pelos tribunais de contas. Por fim, os portais de transparência dos entes beneficiários e da União divulgarão amplamente as informações detalhadas dessas transferências;

Demais emendas individuais (que somaram R\$ 76,4 bilhões entre 2020 e 2024): aqui, a execução dependeria de prévio atesto formal da administração quanto a impedimentos de ordem técnica e aderência

da emenda às prioridades da pasta executora. Em complemento, a ocorrência de impedimentos técnicos das emendas seria divulgada nos portais de transparência do governo e comunicada formalmente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), do Congresso. Sugere-se ainda que cada pasta presente, em anexo ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA), suas prioridades de despesas, como forma de colaborar na elaboração de emendas parlamentares;

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187976?page=1§ion=1>

Emendas de bancadas estaduais (que somaram R\$ 35,3 bilhões entre 2020 e 2024): propõe-se que a execução dessas emendas esteja condicionada ao exame prévio do Executivo quanto ao caráter estruturante da despesa. A relação de projetos estruturantes de cada Estado, apresentados pelo Executivo estadual, seria um bom roteiro para a elaboração das emendas. Importante também que seja vedada qualquer tipo de alteração nas características das emendas aprovadas no Legislativo, como forma de impedir a sua individualização ou fragmentação;

Emendas de comissão (que somaram R\$ 23,4 bilhões, entre 2020 e 2024): sugere-se que a sua execução esteja condicionada ao exame prévio do caráter nacional ou regional da despesa, vedando-se qualquer possibilidade de alteração posterior nas características das emendas aprovadas que impliquem individualização ou fragmentação.

A regulamentação deveria ainda, em conexão à transparência e rastreabilidade, adensar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o explícito princípio constitucional da equitatividade orçamentária, a fim de vedar a execução orçamentária com fins discriminatórios, sobretudo em períodos eleitorais.

Ademais, destaque-se que mudanças mais estruturais na engenharia orçamentária brasileira poderão ser alcançadas por meio da aprovação da nova Lei de Finanças Públicas, que substituirá a sexagenária Lei 4.320, de 1964.

Concluindo, a decisão do STF mostra-nos que é possível, dentro das regras constitucionais vigentes, aperfeiçoar o ambiente institucional das emendas ao orçamento, com transparência e rastreabilidade, por meio do exame prévio e criterioso dos impedimentos de ordem técnica, cuja tônica deveria ser analisar a real aderência das emendas às prioridades do planejamento governamental e possibilitar a avaliação da efetividade dos gastos associados. Com isso, haverá moderação, maior competição política e menor ineficiência do gasto público.

Site:

Emissão de papéis atrelados à Selic acende alerta sobre piora na composição da dívida

Gabriel Roca, Victor Rezende, Jéssica SanVAna e Estevão Taiar De São Paulo e Brasília

As emissões aceleradas de títulos atrelados à taxa Selic (LFTs) ao longo de 2024 fizeram com que o Tesouro Nacional precisasse revisar, ontem, o Plano Anual de Financiamento (PAF) deste ano para comportar uma parcela maior de papéis pós-fixados na composição da dívida pública. A medida, ainda que bastante aguardada pelo mercado, volta a acender um sinal de alerta sobre a qualidade da composição da dívida e indica que o órgão continuou a se afastar de seus objetivos de financiamento de longo prazo.

O Tesouro revisou três parâmetros da composição da Dívida Pública Federal (DPF) que constavam no PAF para este ano. A participação esperada para os títulos pós-fixados (LFTs) agora é de 43,0% a 47,0%, ante o intervalo de 40,0% a 44,0% divulgado em janeiro. Já os papéis prefixados (LTNs e NTN-Fs) devem registrar participação entre 22,0% e 26,0% do total (ante 24,0% e 28,0%), enquanto a expectativa para os títulos atrelados a índices de preços (NTN-Bs) é que eles fiquem entre 25,0% e 29,0% da DPF (ante 27,0% e 31,0%). A participação para os títulos atrelados ao câmbio se manteve entre 3% e 7%.

Como medida de comparação, de todo o estoque de dívida emitida ao longo de 2024, de aproximadamente R\$ 1,046 trilhão, as emissões de LFTs totalizaram R\$ 692 bilhões - aproximadamente 66% do montante. Títulos prefixados foram responsáveis por R\$ 245 bilhões, ou 23% do total emitido, e os títulos atrelados ao IPCA por apenas R\$ 109 bilhões, cerca de 10% das emissões. Os cálculos são do Santander.

Também fica claro o distanciamento ao se comparar com a referência de longo prazo do Tesouro. No próprio PAF, o Tesouro aponta que sua composição desejada para a dívida em 2035 estaria em 35% para os títulos prefixados; 35% para os índices atrelados a índices de preços; e apenas 23% para os títulos indexados à Selic. A parcela dos papéis ligados ao câmbio seria de 7%.

A opção do Tesouro por emitir títulos ligados à Selic se deu, em grande medida, pelas condições adversas de mercado enfrentadas ao longo do ano. A volatilidade relacionada às perspectivas de política monetária, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, afastou

boa parte da demanda por papéis prefixados. Além disso, mudanças tributárias e de comportamento dos agentes econômicos, que encontraram um mercado de emissões privadas robusto, afetaram o mercado de NTN-Bs, levando o Tesouro Nacional a atuar com mais cautela ao longo do ano.

Ainda que houvesse pouca margem de atuação para o Tesouro, o estrategista de renda fixa da BGC Liquidez, Daniel Leal, afirma que o órgão deveria estar em alerta com o cenário. "Não é um risco gigantesco, mas é um ponto de atenção relevante. A dívida vai terminar o ano com o flutuante [LFT, papel atrelado à Selic] em 47% e, somando ao estoque de cambial, em 51%. Essas duas são as partes arriscadas da dívida e que, frente a qualquer choque, podem acabar aumentando muito o seu custo. A título de comparação, estamos no mesmo nível de outubro de 2006, ao se somar os dois indexadores. O Tesouro vai precisar tomar ações para mudar esse cenário", afirma.

Leal aponta o que considera erros e acertos na gestão da dívida pública ao longo do ano. Se, por um lado, o Tesouro acertou ao não inserir volatilidade adicional nos mercados em momentos de estresse, ele avalia que o órgão poderia ter aproveitado as janelas de oportunidade de maneira mais contundente, emitindo um volume maior de prefixados e de NTN-Bs.

"Foi importante ter reforçado o caixa com as emissões de LFT, até para evitar ruídos com o mercado. Foi um pedaço positivo da história. Mas acho que eles passaram do ponto e foi um pouco exagerado: não precisava ter piorado a composição da dívida o tanto que piorou", afirma o estrategista. "Além disso, foram poucas janelas para atuar, dada a volatilidade no mercado neste ano, mas elas podiam ter sido melhor aproveitadas. Nos últimos anos, tivemos mais janelas e isso permitia uma abordagem mais gradual de emissões. Mas, como estamos em um mercado volátil, essas janelas abrem e fecham muito rápido e precisam ser aproveitadas sem muito gradualismo", diz.

O estrategista da BGC, porém, reconhece que, mesmo com uma atuação mais certa do Tesouro, "a foto atual seria parecida, mas o filme traria uma mensagem diferente, com uma postura melhor do Tesouro e mais alinhada com seus objetivos de longo prazo".

O economista ítalo Franca, do Santander, nota que o ambiente se alterou ao longo do ano, o que acabou acarretando a mudança do comportamento do Tesouro na gestão da dívida. "As condições mudaram. O ano começou com a percepção de que poderia haver algum tipo de flexibilização monetária nos EUA e o cenário aqui também era bastante favorável, com as receitas performando bem. Mas, depois de abril, tivemos uma série de eventos que mudou essa percepção, como a **inflação** nos EUA mais pressionada; o aumento de benefícios previdenciários e maior ritmo das despesas, que deterioraram a percepção fiscal; e alguns tipos de ruído quanto à própria política monetária. Isso foi nos ajudando a ter uma mudança nas emissões", diz.

Franca, inclusive, também aponta que o ajuste no PAF era necessário. "Como tivemos um ano atípico, com muita volatilidade, acabamos vendo essa composição com demanda maior por LFTs, mas, no médio prazo, o ideal seria voltarmos a buscar um grau de investimento e aumento da participação de estrangeiros para emitirmos mais títulos prefixados", observa o economista. Para isso, porém, ele alerta sobre a necessidade de uma melhora na percepção do risco fiscal doméstico, aliada a um cenário externo mais tranquilo.

Para Franca, dado que à frente os vencimentos dos títulos não devem ser tão grandes quanto os deste ano, é possível que o Tesouro tente recompor a participação de prefixados e de títulos atrelados à **inflação** ao longo do tempo, a depender das condições de mercado. "Mas é preciso reduzir a incerteza que ainda existe no cenário." Já o estrategista de renda fixa da Necton, Fernando Ferez, avalia que as alterações propostas no PAF foram acertadas, à medida que um deslocamento ainda maior da banda de títulos flutuantes poderia gerar a impressão de que o Tesouro está "confortável" com o cenário atual, o que poderia gerar volatilidade aos prêmios dos títulos públicos.

Ferez concorda que o Tesouro se distanciou de seus objetivos de longo prazo nos últimos meses, mas avalia que, no curto prazo, o órgão foi "passageiro" do cenário macroeconômico. "Se não tivermos uma queda de juros estrutural não vamos ver um maior apetite dos investidores por prefixados. Vimos também a concorrência dos papéis incentivados, atrelados ao IPCA, como as debêntures. Enquanto não tivermos um superávit primário, o Tesouro precisa rolar a dívida integralmente. Ele fica meio refém da situação", diz o profissional.

Ele avalia, no entanto, que as discussões sobre dominância fiscal seriam bastante precipitadas e exageradas neste momento. "Precisaríamos ver a

repetição deste cenário por mais tempo e com juros mais altos. Não é o caso", afirma.

"Não é um risco gigantesco, mas é um ponto de atenção relevante. São as partes arriscadas da dívida"
Daniel Leal

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187976>

Empregos e incentivo tributário

Shilpan Amin, presidente da GM, acrescentou que a competição com os veículos chineses que se vê no Brasil acontece em todo o mundo. Mas diz que o sucesso da parceria com o País cria uma relação forte com os clientes.

"A China concorre em todo o mundo. Fizemos o investimento aqui para fortalecer nossa cadeia e ficar numa posição de liderança apesar da competição", disse, em encontro com o presidente Lula.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, esteve na cerimônia do anúncio e lembrou que o Produto Interno Bruto (**PIB**) paulista cresceu 3,3% no primeiro semestre de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ele disse que o estado representa 30% do emprego formal no Brasil.

"O investimento está chegando. E isso é criação de emprego, que é a nossa preocupação. Queremos abrir caminhos para aumentar a produção industrial".

O governador afirmou que haverá liberação de créditos de ICMS para serem usados no investimento. Ele afirmou que a GM tem a ver com a história do País, já que muitos brasileiros aprenderam a dirigir num modelo Chevette, fabricado pela companhia. Depois, o sonho era ter um Opala e um Monza.

A GM, além da Toyota e da Volkswagen, foi uma das companhias que se opuseram à prorrogação do prazo de incentivos fiscais para montadoras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 2032, sete anos a mais que o prevista

LULA com Amin, presidente da GM

Fazenda estima alta de 2,5% no PIB

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo estima que o Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2025 alcance 2,6%. O dado confirma a projeção da Secretaria de Política Econômica (SPE) incluída na proposta do Orçamento de 2025, de 2,64%, encaminhada ao Congresso na última sexta.

"Eu confio muito no que está acontecendo na economia, sobretudo nas projeções da SPE, que é quem mais tem acertado previsões de **PIB** no Brasil (...). No ano passado, a previsão era de 0,8%. deu 2,9% (...). Esse ano, o mercado estava dizendo que íamos crescer 1,5%. nós crescemos 1,5% no segundo trimestre. Em três meses, nós crescemos o que o mercado projetava para o ano", pontuou Haddad.

Dado de emprego nos EUA dá alívio aos juros e fôlego para o Ibovespa

Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet e Arthur Cagliari
De São Paulo

Os novos sinais de desaceleração no mercado de trabalho dos Estados Unidos contribuíram com um forte alívio dos juros futuros na sessão de ontem, o que, por sua vez, também acabou dando impulso ao Ibovespa, que fechou o dia em alta firme. O dólar, no entanto, acabou não acompanhando o bom desempenho dos outros ativos locais, e encerrou o dia próximo da estabilidade.

O número de vagas de trabalho em aberto na economia dos EUA caiu em 237 mil no mês de julho, recuo maior do que o esperado. Os temores de recessão, assim, voltaram à cena e contribuíram com uma queda nos rendimentos dos títulos públicos globais.

No Brasil, os juros futuros também foram impactados, em um ambiente também influenciado pelos dados mais fracos de produção industrial. Neste contexto, a taxa do DI para janeiro de 2026 recuou de 11,91% para 11,77%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 caiu de 11,94% para 11,79%.

"Após esse número mais brando sobre o emprego nos EUA, os rendimentos dos títulos americanos começaram a se retrair com bastante velocidade e força. O mercado agora está precificando 0,36 ponto de corte na próxima reunião do Fome e essa precificação trouxe algum alívio para os ativos locais", afirma o tesoureiro de um banco. "O real foi mais tímido em sua valorização, enquanto as taxas locais caíram consideravelmente, impulsionadas também por um número mais suave da produção industrial local." Neste contexto, no mercado de opções digitais de Copom, a chance de manutenção da Selic subiu de 14% para 15%; a de alta de 0,25 ponto passou de 56% para 61%, enquanto a de elevação de 0,5 ponto recuou de 29% para 23%.

A queda dos juros deu força ao Ibovespa, que subiu 1,31%, aos 136.111 pontos. Mesmo com a queda firme do minério de ferro em Dalian, sob pressão da baixa demanda por aço na China, as ações ordinárias da Vale subiram 0,78%. Segundo um operador, a valorização do papel pode ser atribuída "à melhora do PIB, que alimentou uma busca por mercado acionário. Soma-se a isto a forte queda do preço da ação nos

últimos pregões. O famoso ajuste técnico." O papel da mineradora acumula queda de 4,41% na semana.

Além disso, declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à "GloboNews" atenuaram desconfianças com a política fiscal. Ele defendeu revisão do auxílio-gás e que gastos com expansão do programa devem cumprir regras fiscais em 2025.

"Os sinais de que o vale-gás ficará dentro do teto dão um pouco mais de alívio no fiscal", afirma o gestor de ações da Ace Capital, Tiago Cunha. Para ele, "houve um movimento de alívio no lado externo e recuperação parcial de commodities, o que ajudou a bolsa".

Já o dólar comercial fechou o dia em ligeira queda, de 0,03%, negociado a R\$ 5,6396. Para Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos, o real pode se beneficiar da flexibilização monetária do Fed. "Nossa economia segue forte e temos um diferencial de juros relevante. O problema é se tiver um momento de fuga de risco. Isso prejudicaria moedas de mercado emergentes de maneira geral", afirma. "Creio que essa é a grande dificuldade do mercado em avaliarem qual cenário estamos. Por isso observamos essa volatilidade maior nos mercados."

61% é chance no mercado digital de alta da Selic em 0,25 ponto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187976>